



# Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 4.582, de 11 de março de 2019.

Inserir dispositivos contra maus-tratos ou atos de crueldade aos animais na Lei Municipal nº 3.218, de 27 de dezembro de 2001, que institui o Código de Normas e Posturas do Município de Taquaritinga e dá outras providências que especifica.

## O PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARITINGA:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a Lei nº 4.582/2019, de autoria dos Vereadores Orides Previdelli Júnior, Oswaldo Peretti Neto e Genésio Aparecido Valensio:

**Art. 1º.** Ficam inseridos os dispositivos dos parágrafos 1º ao 10 no artigo 322 contra maus-tratos ou atos de crueldade aos animais na Lei Municipal nº 3.218, de 27 de dezembro de 2001, que institui o Código de Normas e Posturas do Município de Taquaritinga, com as seguintes disposições:

“Art. 322. (...)

§ 1º. Define-se como maus-tratos ou atos de crueldade contra animais as ações diretas ou indiretas, capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte.

§ 2º. Entende-se por ações diretas aquelas que, volitiva e conscientemente, provoquem os estados descritos no caput, tais como:

I - abandono em vias públicas, em residências fechadas ou inabitadas;

II - agressões diretas ou indiretas de qualquer tipo, tais como:

a) espancamento;

b) uso de instrumentos cortantes ou contundentes;

c) uso de substâncias químicas, tóxicas, escaldantes e fogo;

III - privação de alimento ou de alimentação adequada à espécie; e

IV - confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado.

§ 3º. Para efeitos do inciso IV do § 2º deste artigo, entende-se como confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado, qualquer meio de restrição à liberdade de locomoção dos animais.

§ 4º. A restrição à liberdade de locomoção ocorre por qualquer meio de aprisionamento permanente ou rotineiro do animal a um objeto estacionário por períodos contínuos.

§ 5º. Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal será preso a uma corrente do tipo vaivém, que proporcione espaço suficiente para se movimentar, de acordo com as suas necessidades.

§ 6º. A liberdade de locomoção do animal deve ser oferecida de modo a não causar quaisquer ferimentos, dores ou angústias.

§ 7º. É proibido o confinamento de animais em alojamentos ou locais que não respeitem as condições adequadas ao bem-estar do animal, observando-se:

I - dimensões apropriadas à espécie, necessidade e tamanho do animal;

II - espaço suficiente para ampla movimentação;



# Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

III - incidência de sol, luz, sombra e ventilação;

IV - fornecimento de alimento e água limpa, além de contínuo atendimento das suas necessidades, incluindo atendimento veterinário;

V - asseio e conservação de higiene do alojamento e do próprio animal; e

VI - restrição de contato com outros animais agressivos ou portadores de doenças.


§ 8º. Fica vedado o uso de cadeado para fechamento da coleira.

§ 9º. A critério do Poder Público serão usados os canais da Ouvidoria Municipal ou Disque-denúncia, para relatos da causa proposta por esse artigo, após regulamentação.

§ 10. O animal que sofrer maus-tratos ou atos de crueldade de que trata este artigo deverá ser recolhido e, imediatamente enviado aos cuidados dos órgãos de proteção ou as organizações não governamentais, que tenham como finalidade o cuidado de animais vítimas de violência ou abandono, que atenderem o disposto no artigo 324 desta Lei.”

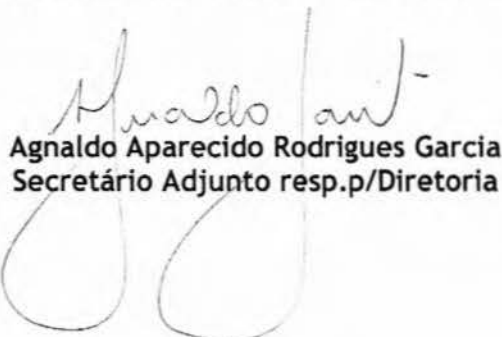
Art. 2º. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 11 de março de 2019.



Vanderlei José Marsico  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Diretoria de Expediente e Publicações, na data supra.



Agnaldo Aparecido Rodrigues Garcia  
Secretário Adjunto resp.p/Diretoria

P.L. NO. 5499-19

11/02/2019

2019